

PET no RECURSO ESPECIAL Nº 1.717.245 - RJ (2017/0332997-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
LUCAS ROLDÃO HERMETO - RJ165700
ANTONIA DA CRUZ MACHADO DE MORAES JARDIM - RJ202130
REQUERENTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : FABIANA ANDRADA DO AMARAL RUDGE BRAGA E OUTRO(S) - RJ082042
REQUERENTE : MÚTUA DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : MARCOS ANTÔNIO DA SILVA ARAGÃO - RJ048335
REQUERIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Na petição de fls. 2513-2514, o ITAÚ UNIVANCO S/A requer a redistribuição dos autos a uma das Turmas integrantes da 1ª Seção desta Corte Superior, pois os recursos especiais submetidos ao exame dos STJ discutem relação de direito público estabelecida entre um banco público estadual e uma entidade beneficiária de recursos fiscais do Estado.

Impugnação ao pedido às fls. 2517-2518.

Decide-se.

1. O pleito deve ser indeferido, pois extrai-se do artigo 9º, § 2º, do RISTJ:

Art. 9º - A competências das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa.

(...) § 2º - À Segunda Seção cabe processar e julgar os efeitos relativos a:
(...)

II – obrigações em geral de direito privado mesmo quando o Estado participar do contrato.

Ademais, esta Corte Superior afirma competir à 2ª Seção julgar casos de direito privado em geral mesmo que participe ente público.

Nesse sentido:

CC - CONFLITO DE COMPETENCIA ENTRE SEÇÕES DESTA E. STJ
- CONTRATO PACTUADO ENTRE PESSOAS DE DIREITO
PROVIDO - ART. 9., PARAGRAFO 2., II, DO RISTJ.

- O ART. 9., PARAGRAFO 2., II, DO RISTJ E TAXATIVO AO
AFIRMAR QUE COMPETE A SEGUNDA SEÇÃO PROCESSAR E
JULGAR OS FEITOS RELATIVOS A OBRIGAÇÕES EM GERAL DE
DIREITO PRIVADO, MESMO QUANDO O ESTADO PARTICIPAR
DO CONTRATO, TAIS OS QUE DIZEM RESPEITO A BENEFICIOS
ORIUNDOS DA PREVIDENCIA PRIVADA.

- CONFLITO CONHECIDO E DECLARADA A COMPETENCIA DA
SEGUNDA SEÇÃO.

(CC 9.801/RJ, Rel. Ministro CID FLAQUER SCARTEZZINI, CORTE

Superior Tribunal de Justiça

ESPECIAL, julgado em 20/03/1996, DJ 06/05/1996, p. 14357)

2. Do exposto, indefiro o pedido de redistribuição dos autos.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro MARCO BUZZI
Relator